

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

Juiz Federal.

Mestre em Direito Público pela
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Professor Assistente do Curso de Direito da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP.

Membro da Associação Norte-Nordeste
de Professores de Processo – ANNEP.

koehler_koehler@yahoo.com.br

A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

2013

 EDITORA
*Jus*PODIVM

WWW.EDITORAJUSPODIVM.COM.BR



WWW.EDITORAJUSPODIVM.COM.BR

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr.,

José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

2019

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO.....	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO I	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA	
DA RAZOÁVEL DURAÇÃO	
DO PROCESSO E SUA INCLUSÃO NO BRASIL.....	31
1.1. Considerações sobre o "duelo" entre celeridade processual e segurança jurídica.....	31
1.2. Análise histórica do direito à razoável duração do processo....	35
1.3. Evolução do instituto no Brasil.....	41
1.4. Consequências da inclusão do inciso LXXVIII no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.....	47
1.4.1. Incentivo à pesquisa e aos estudos doutrinários.....	48
1.4.2. O uso do princípio como razão de decidir	50
1.4.3. Atuação do Poder Público para concretização do mandamento constitucional.....	61
1.4.4. Inconstitucionalidade das leis que atentem contra a razoável duração do processo	69
1.4.5. Indenizabilidade dos danos sofridos com a demora do processo	75
CAPÍTULO II	
DELIMITAÇÃO	
DO CONCEITO DE RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	81
2.1. Qual é o limite de tempo considerado razoável para a duração de um processo?.....	81
2.2. Critérios para determinação da duração razoável do processo.....	89
2.3. Elementos adotados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	90
2.3.1. A complexidade do litígio	94
2.3.2. A conduta pessoal da parte lesada.....	98
2.3.3. A conduta das autoridades envolvidas no processo.....	105

- 2.3.4. O interesse em jogo para o demandante da indenização 109
- 2.3.5. As margens ordinárias de duração dos litígios do mesmo tipo daquele em que ocorreu a suposta demora irrazoável 113

CAPÍTULO III

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

PELA DURAÇÃO EXCESSIVA DO PROCESSO 117

- 3.1. Diferenciação entre o direito à razoável duração do processo e sua reparação 117
- 3.2. Responsabilidade objetiva..... 118
- 3.3. Necessidade de comprovação do dano 126
- 3.4. O direito à justa reparação independe do êxito do reclamante no processo em que ocorreu a dilação indevida... 130
- 3.5. A carência de recursos e de infra-estrutura isenta o Estado da responsabilidade pela demora?..... 133
- 3.6. O problema da demora no julgamento das ações de indenização 138
- 3.7. Responsabilização perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos..... 142
- 3.7.1. O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos..... 142
- 3.7.2. O Brasil e a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos..... 148
- 3.7.3. Do processo perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos..... 154
- 3.7.4. O caso *Ximenes Lopes versus Brasil*..... 160
- 3.7.5. O caso *Garibaldi versus Brasil*..... 164

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE INDENIZAÇÃO POR PREJUÍZOS

ADVINDOS DA EXCESSIVA DEMORA NO BRASIL..... 167

- 4.1. Legitimidade ativa para a ação de indenização 174
- 4.2. Legitimidade passiva para a ação de indenização 180
- 4.3. Tipos/classes de processos abrangidos 188
- 4.4. Competência para o julgamento da ação..... 190
- 4.5. Abrangência do dano reparável..... 195
- 4.6. Punição por meio de publicidade reparatória 203

CAPÍTULO V

PROPOSTAS PARA A ACELERAÇÃO DO PROCESSO POR

MEIO DO FORTALECIMENTO DA SENTENÇA 211

- 5.1. Prolegômenos necessários..... 211

5.2.	O desprestígio da primeira instância como uma das principais causas da demora na prestação jurisdicional.....	218
5.3.	O diagnóstico baseado em estatísticas.....	223
5.4.	Efeito meramente devolutivo como regra geral nas apelações.....	236
5.5.	Depósito prévio do valor da condenação ou do bem controvertido como requisito de admissibilidade da apelação	247
5.6.	Vedação de recurso em controvérsia de valor ínfimo.....	255
5.7.	Extinção da remessa necessária.....	268
5.7.1.	Análise crítica do instituto.....	270
5.7.2.	As vantagens da Fazenda Pública como litigante habitual (repeat-player litigant).....	277
5.8.	Extensão do crime de desobediência aos servidores públicos e instituição da prisão civil por "contempt of court".	280
CONCLUSÕES.....		297
REFERÊNCIAS		307